

Clube de Paris exige atrasados agora

Any Bourrier
Correspondente

PARIS — No segundo dia de negociações para o reescalonamento da dívida externa assumida pelo Brasil com 12 países credores do Clube de Paris, as delegações ainda estão discutindo problemas de princípios e não entraram nos detalhes técnicos. A questão central, segundo o presidente do Banco Central, Francisco Gros, é o volume do débito que será reescalonado. Existe uma grande diferença entre o que o Brasil pode e está disposto a pagar e as exigências de alguns credores, que insistem no pagamento imediato da dívida já vencida.

As posições são diferentes por uma razão: as autoridades econômicas do Brasil temem que o serviço da dívida, de US\$ 14 bilhões — dois terços do total — “será incompatível com o ajuste recém-a-

certado com o Fundo Monetário Internacional. O Clube de Paris quer receber pagamento compatível com o que o Brasil aceitou dar aos bancos privados, nas negociações de Nova Iorque. Em outras palavras, a distância que separa credores do devedor tem um denominador comum: a exigência de uns e a capacidade de pagamento do outro.

Esta diferença, segundo Francisco Gros, “já foi enorme”. Mas o primeiro dia de negociações serviu para reaproximar o Clube de Paris de seu maior devedor. “Ainda falta muito”, reconheceu o presidente do Banco Central. Ele espera, porém, que até o final da semana se chegue a um acordo, embora não queira se comprometer com prazos. “A possibilidade de fechar hoje é remota”, admitiu Gros. “E seria um milagre se vale negociação terminasse amanhã.” Esta impre-

visibilidade foi explicada pelo presidente do BC como o resultado “da falta de margem de manobra” do Brasil.

Apesar dos boatos de rejeição da proposta brasileira, fontes do Clube de Paris informaram que as negociações “são complicadas mas há boa vontade”. Entre outras demonstrações desta boa vontade, cita-se a disposição dos credores de ajustar os prazos de pagamento, de modo que a curva dos encargos brasileiros “seja mais suave”. Segundo as mesmas fontes, o Clube reduziria o período de carência a um ou dois anos e, depois, os desembolsos seriam progressivos, embora em crescimento constante, porque os bancos centrais dos países credores ainda não esqueceram o período da moratória do Governo Sarney e ainda não readquiriram confiança total na capacidade do Brasil de honrar seus débitos.

Se o período de carência diminuir, o prazo de pagamento poderia aumentar, mas de maneira nenhuma chegaria aos 18 anos reivindicados pela delegação brasileira. Nesta questão, o Clube é intransigente e não pretende autorizar a seu maior devedor e pior pagador as mesmas facilidades que deu ao Marrocos ou às Filipinas, que reescalonaram suas dívidas externas públicas com 20 anos de prazo e 10 de carência.

Para os credores, existe um outro problema, talvez o mais delicado de todos: são as garantias que o Brasil dará ao Clube de Paris, relativas aos pagamentos futuros. Fontes do Clube calculam que o país precisará pagar entre US\$ 4 bilhões e US\$ 5 bilhões de garantias, dinheiro que o Brasil não tem. Neste caso, também, os 12 credores poderiam criar, especialmente para o Brasil, um sistema de garantias por etapas.